



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021

1 - PREÂMBULO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO**, com sede na Avenida Queiroz Júnior, nº 639, bairro Praia, Itabirito/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.366.963/0001-79, através do Sr. LEANDRO SILVA MARQUES, Presidente da Câmara Municipal de Itabirito, torna público a abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2021**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, regido pelas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e suas posteriores alterações, pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, pelo Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 8.949/2010, alterado pelos Decretos Municipais 7.971/2007 e 9.345/2011 e pelas demais condições fixadas neste Edital.

1.1- A SESSÃO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO A PROPOSTA DE PREÇOS E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E ABERTURA DO ENVELOPE CONTENDO A PROPOSTA COMERCIAL INICIAR-SE-Á:

DIA: 18 de outubro de 2021

HORA: 14:00 horas

LOCAL: Sede da Câmara Municipal de Itabirito, localizada na Avenida Queiroz Júnior, nº 639, bairro Praia, Itabirito/MG, CEP 35.450-228.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) e pela Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 10 de 19 de janeiro de 2021.

1.2- VISITA TÉCNICA

É imprescindível a realização de visita técnica da licitante à Câmara Municipal de Itabirito para conhecimento da área, instalações e condições locais em que os serviços serão prestados e obtenção de demais esclarecimentos que o licitante julgar necessários para propiciar condições mais concretas para a apresentação da proposta e garantia da futura execução do objeto.

A visita deverá ser previamente agendada no Departamento de Tecnologia da Informação, situado na Sede da Câmara, à Avenida Queiroz Jr., 639, Praia, Itabirito - MG, pelo telefone (31)3561-1599 com o servidor Filipe Palheiros, em dias úteis, de 12:30h às 17:30h, e serão realizadas a partir da publicação do edital até a data fixada para abertura do processo.

A visita poderá ser realizada por qualquer preposto da licitante, desde que possua conhecimento técnico suficiente para tanto. Todas as despesas relacionadas à visita serão por conta da empresa licitante.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

Após a visita será fornecida a declaração correspondente, que deverá ser apresentada junto com a documentação de habilitação. O atestado de visita técnica poderá ser substituído por declaração do responsável técnico da licitante de que possui pleno conhecimento do objeto, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos.

Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento do objeto licitado não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar sua execução.

1.3- ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:

Anexo I – Termo de referência;

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III – Modelo de carta para credenciamento;

Anexo IV – Modelo de Declaração que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo V – Modelo de Declaração nos termos do artigo 27, inciso V, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993;

Anexo VI – Modelo de Declaração para microempresa e empresa de pequeno porte;

Anexo VII – Modelo de Declaração de inexistência de fatos impeditivos;

Anexo VIII – Minuta do contrato

Anexo IX – Modelo de Declaração de Visita Técnica

Anexo X – Modelo de Declaração para Renúncia da Visita Técnica

2 - DO OBJETO

2.1- O objeto do presente certame é a **contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de sistema de streaming para transmissão de reuniões ao vivo, incluindo fornecimento e instalação de equipamentos, para atender a Câmara Municipal de Itabirito**, conforme especificações contidas no Anexo I deste Edital.

3 - DA IMPUGNAÇÃO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

3.1- Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, que deverão ser encaminhados por escrito, a(o) pregoeiro(a), pelo email licitacao@itabirito.cam.mg.gov.br, ou protocolizados na Câmara Municipal de Itabirito, localizada na Avenida Queiroz Junior, nº 639, Bairro Praia, Itabirito/MG, de segunda à sexta-feira, de 12:00h às 18:00h, em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, sob pena de não acolhimento.

3.2 - A impugnação aos termos deste instrumento convocatório somente será conhecida e considerada quando seguir os procedimentos contidos no artigo 41 e parágrafos da Lei nº. 8.666/93.

3.2.1 - A impugnação **deverá** ser interposta no prazo legal, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico licitacao@itabirito.cam.mg.gov.br ou protocolizada na Câmara Municipal de Itabirito,



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

localizada na Avenida Queiroz Junior, nº 639, Bairro Praia, Itabirito/MG, no horário de 12:00h às 18:00h, sob pena de não acolhimento.

3.2.2 - A petição **deverá** ser assinada pelo cidadão ou licitante ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhada de cópia do documento de identificação do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador).

3.2.3- A Câmara não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal, ou enviadas para outros endereços eletrônicos ou ainda entregues em locais diversos da Sede, e que, por isso, não sejam conhecidas ou entregues no prazo legal.

3.3 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/93.

3.4 - A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

3.5 - Não sendo feito nenhum pedido de esclarecimento ou impugnação no prazo fixado, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitirem a apresentação das propostas, não cabendo aos licitantes o direito a qualquer reclamação posterior.

4 - DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

4.1- PODERÃO PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO, AS PESSOAS JURÍDICAS QUE PRESTEM SERVIÇO DO OBJETO DO PRESENTE EDITAL, LEGALMENTE CONSTITUÍDAS E QUE ATENDAM ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

4.1.1- Esta licitação será exclusiva às microempresas e empresas de pequeno porte, em cumprimento ao art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.1.2- Não será aplicado o disposto no item 4.1.1, previsto no art. 48 da Lei Complementar 123/2006, quando:

*II - não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte **sediados local ou regionalmente** e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;*

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

4.1.3- Para fins do art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/06, o alcance da expressão “*local ou regionalmente*” será delimitada ao estado de Minas Gerais¹.

4.1.3.1- A definição acima objetiva a promoção do desenvolvimento econômico e social, bem como, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica nos termos do artigo 47 da Lei Complementar nº 123/06. O alcance foi definido tendo em vista o universo de empresas desse ramo sediadas no Estado.

4.2- Cópia deste instrumento convocatório permanecerá afixada no quadro de avisos localizado no hall de entrada do Edifício-Sede da Câmara Municipal de Itabirito e poderá ser obtida junto ao Setor de Licitações e Contratos ou solicitado através do e-mail: licitacao@itabirito.cam.mg.gov.br ou ainda através do site: www.itabirito.mg.leg.br.

4.3- É vedada a participação:

4.3.1- de empresa concordatária ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução, fusão, cisão, incorporação ou em liquidação;

4.3.2- de empresa que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública e ainda não reabilitadas; e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no art. 97, parágrafo único, da Lei 8.666/93;

4.3.3- de empresa suspensa ou impedida de transacionar com a Administração ou qualquer dos seus órgãos descentralizados;

4.3.4- de empresa que não for estabelecida em território nacional;

4.3.5- de empresa que esteja reunida em consórcio ou coligação;

4.3.6- de empresa cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante;

4.3.7- de empresa cujo dirigente, gerente, sócio ou responsável técnico seja servidor desta Câmara;

4.3.8- E os demais interessados que se enquadrem nas hipóteses do art. 9º da Lei 8.666/93.

4.4- A observância das vedações acima é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

¹ CONSULTA Nº 887.734 – TCE/MG. Definição da expressão “regionalmente” do art. 49, II, da LC 123/06. Entendeu o TCE-MG “que o próprio gestor deverá delimitar e justificar, nos autos de cada procedimento licitatório, seu sentido e alcance”. E quanto à delimitação e definição, “que o Administrador deverá demonstrar, motivadamente, que foi levado em consideração as particularidades do objeto licitado, bem como o princípio da razoabilidade e os objetivos do tratamento diferenciado dispensado às MEs e EPPs, previstos no art. 47 da LC 123/06.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

5 - DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES (APRESENTAR FORA DOS ENVELOPES)

5.1- O CREDENCIAMENTO SE DARÁ, JUNTO A(O) PREGOEIRO(A), NO ATO DA ENTREGA DOS ENVELOPES, POR:

- **UM SÓCIO OU DIRETORIA**, com poderes de administração, munido de documento de identidade e cópia do respectivo estatuto, devidamente registrado, acompanhado pela ata de eleição ou contrato social e suas alterações, se houver, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrados, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

- **UM REPRESENTANTE**, munido de procuração (modelo – ANEXO III), documento de identidade e cópia do respectivo estatuto, devidamente registrado, acompanhado pela ata de eleição ou contrato social e suas alterações, se houver, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrados, da empresa que representa.

5.1.1- Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular, ou (conforme modelo do Anexo III deste edital), deverá constar poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame;

5.1.2 - O Contrato Social/Estatuto da empresa licitante poderá ser apresentado em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, conforme o disposto no art. 32 da Lei nº 8.666/93.

5.2 - Se o licitante não credenciar um representante estará abdicando do direito de dar lance e, principalmente, de recorrer dos atos do(a) pregoeiro(a).

5.3- Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa licitante neste PREGÃO, sob pena de exclusão sumária dos representados.

5.4- A OUTORGA DE PODERES PARA EFETUAR LANCES DEVERÁ ESTAR EXPRESSA NA CARTA DE CREDENCIAMENTO OU PROCURAÇÃO, caso contrário os credenciados ou procuradores não poderão ofertar lances.

5.5 - A licitante deverá apresentar juntamente com o solicitado nos itens acima a DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (Anexo IV) e, a DECLARAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Anexo VI), se for o caso, AMBAS FORA DOS ENVELOPES.

5.5.1- A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 caracterizará infração administrativa, sem afastar as demais infrações penais cabíveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

6 - DA ENTREGA E APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1- A Proposta Comercial e a Documentação de Habilitação, exigidos neste Edital deverão ser apresentados em 02 (dois) envelopes distintos, indevassáveis e colados, sob pena de desqualificação, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

ENVELOPE I:

<p style="text-align: center;">ENVELOPE Nº 01 PROPOSTA COMERCIAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021 RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO</p>
--

ENVELOPE II:

<p style="text-align: center;">ENVELOPE Nº 02 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021 RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO</p>

6.2- Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos para habilitação poderão ser encaminhados, via correio, ou entregues pessoalmente, no Departamento de Licitações e Contratos da Câmara Municipal de Itabirito - MG, localizada na Avenida Queiroz Junior, nº 639, Bairro Praia, até a data e horário previstos no preâmbulo deste instrumento convocatório.

6.3- Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes apresentados após a data e hora estipuladas neste Edital.

6.4- A Câmara Municipal não se responsabilizará por envelopes endereçados via postal ou por outras formas, entregues em local diverso da sede da Câmara Municipal, e que, por isso, não cheguem na data e horário previstos no preâmbulo deste instrumento convocatório, **valendo como horário oficial para este certame o de Brasília/DF.**

6.5- Uma vez entregues os envelopes, não serão considerados cancelamentos, retificações, alterações, ou acréscimos de novas documentações aos mesmos e nos documentos neles contidos, somente sendo aceitos aqueles documentos acondicionados nos respectivos envelopes, ressalvadas as hipóteses legais.

7- DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE Nº 01

7.1- No Envelope 01: “Proposta de Preços” deverá constar apenas uma proposta de preços, devidamente preenchida, em língua portuguesa, datada e assinada pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

representante legal da empresa, contendo as especificações conforme o anexo II deste edital, em que conste:

7.1.1- A razão social, CNPJ, endereço, telefone, email, dados bancários e assinatura ao final pelo representante legal ou mandatário devidamente constituído;

7.1.2- Indicação do prazo de validade da proposta, **não inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;

7.1.3 - Preço unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismo, **utilizando até duas casas decimais após a vírgula**, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

7.1.3.1- Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, transportes e seguros incidentes ou quaisquer outros ônus que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

7.1.4- A descrição do serviço, não se admitindo expressões vagas ou imprecisas, de maneira a não ensejar dúvida por ocasião da análise e do julgamento.

7.2- A proposta deverá ser redigida de forma clara e precisa e impressa em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas.

7.3- As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos, a contar do dia da sessão de recebimento dos envelopes.

7.4- Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos ou irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis.

7.5- Após abertos os envelopes, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões.

7.6- A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições desta licitação e total sujeição à legislação pertinente.

8 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1- Depois de abrir as propostas, o(a) Pregoeiro(a) verificará sua conformidade com os requisitos do edital e seus anexos e, examinará a aceitabilidade quanto aos preços apresentados e procederá à classificação daquela que apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL** e daquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente ao menor preço, para participarem dos lances verbais.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

8.1.1- É permitido ao(a) Pregoeiro(a), após a abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais, suspender os trabalhos para fins de análise e classificação das propostas apresentadas pelos licitantes.

8.1.1.1- Sendo a sessão suspensa, o(a) pregoeiro(a) definirá e comunicará aos licitantes a data na qual será dada continuidade ao pregão.

8.1.2 - Sempre que necessário, o(a) Pregoeiro(a) poderá convocar técnicos, servidores ou não, para auxiliar na análise das propostas referentes às licitações que exijam conhecimentos técnicos ou científicos específicos ou especializados.

8.2- Para fins do que dispõe o art. 48, inciso II da Lei 8.666/93, o(a) Pregoeiro(a) poderá exigir a apresentação da planilha de custos na abertura das propostas bem como após a fase de lances, na própria Sessão.

8.3- Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas comerciais nas condições do item 8.1, o(a) Pregoeiro(a) classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), neste número já incluído a de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas.

8.4- Na ocorrência de empate entre os classificados para participarem dos lances verbais, a ordem para esses lances será definida através de sorteio.

8.5- Aos licitantes classificados, conforme os itens 8.1 e 8.4 será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

8.5.1- Caberá o(a) Pregoeiro(a) a definição e/ou alteração de valores mínimos na fase de lances verbais.

8.6- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

8.7- A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8.8- Caso não se realizem lances verbais, verificada a conformidade entre a proposta de menor preço, as exigências do Edital e ainda, o preço estimado para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) negociará diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.9- NÃO PODERÁ HAVER DESISTÊNCIA DOS LANCES OFERTADOS, SUJEITANDO-SE O PROPONENTE DESISTENTE ÀS PENALIDADES PREVISTAS NESTE EDITAL.

8.10- Quando não houver mais lances, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas exclusivamente pelo critério do menor preço.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

8.11- O(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade, quanto ao preço apresentado pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.12- Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias do proponente. Se não aceitável, o(a) Pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, prosseguindo-se o certame.

8.13- Ocorrendo a hipótese do item 8.10, será lícito o(a) Pregoeiro(a) negociar diretamente com o proponente para obtenção de melhor preço.

8.14- Ainda durante a sessão pública do pregão, o licitante declarado vencedor deverá readequar seu preço, com as modificações necessárias para sua adaptação ao novo preço proposto, caso solicitado pelo(a) Pregoeiro(a).

8.15- Será desclassificada a proposta que:

8.15.1- Não atenda aos requisitos deste instrumento convocatório ou forem elaboradas em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos.

8.15.2- Apresente preço unitário ou global simbólico, irrisório, de valor zero, superestimado ou manifestamente inexecutável, incompatível com os preços e insumos de mercado, assim considerados nos termos do disposto no § 3º do art. 44 e nos incisos I e II do art. 48, da Lei nº 8.666/93.

8.15.3- Contenha em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, defeitos de linguagem ou outras irregularidades que impossibilitem o julgamento.

8.15.4- Não se referir à integralidade do objeto.

8.15.5 - Apresentarem proposta alternativa, tendo como opção de preço ou marca, ou oferta de vantagem baseada na proposta das demais Licitantes.

8.16- Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no presente edital.

8.17- Em caso de divergência entre o preço global expresso por extenso e por numeral, prevalecerá o primeiro.

8.18- Em caso de divergência entre o somatório dos preços unitários dos objetos e o preço global da proposta, prevalecerá o primeiro.

8.19- O valor total da proposta será ajustado pelo(a) Pregoeiro(a) em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros e consignados em ata. Caso a licitante não aceite as correções procedidas, sua proposta será desclassificada.

8.20- Na análise das propostas não serão consideradas ofertas e outras informações não solicitadas neste instrumento ou em diligências.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

8.21- O(a) Pregoeiro(a) poderá desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

9 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 02

9.1- Para participar deste certame, o proponente deverá apresentar o envelope 02 - "Documentos de Habilitação" hermeticamente fechado, **contendo todos os documentos abaixo relacionados, com vigência plena até a data fixada para recebimento dos envelopes:**

9.1.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do estabelecimento que participará da licitação;

9.1.2- Certificado de regularidade relativo ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal;

9.1.3- Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeito de Negativa com o Município sede da licitante;

9.1.4- Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeito de Negativa com a Fazenda Pública Estadual;

9.1.5- Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeito de Negativa Unificada, referente aos tributos federais e contribuições previdenciárias;

9.1.6- Certidão Negativa de Débito trabalhista ou Positiva com Efeito de Negativa;

9.1.7- Declaração que a licitante atende plenamente ao que dispõe o inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, em cumprimento ao Inciso V do Artigo 27 da Lei nº 8.666/93, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de 18 anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não possui nenhum funcionário menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. (Anexo V).

9.1.8- Declaração de inexistência de fatos impeditivos. (Anexo VII).

9.1.9- Registro comercial, e sua última alteração, se houver, devidamente registrado, no caso de Empresa Individual ou

9.1.9.1- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e todas as suas alterações, se houver, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais ou

9.1.9.2- Estatuto e suas alterações, se houver, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, devidamente registrados, no caso de sociedades por ações ou

9.1.9.3- Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de que a diretoria está em exercício, devidamente registrados, no caso de sociedades civis ou



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

9.1.9.4- Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

9.1.10- Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a empresa já prestou serviço de instalação de sistemas de câmeras PTZ com software de streaming.

9.1.11- Registro da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA.

9.1.12- Declaração de visita técnica, emitida pelo Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação, atestando que a empresa licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação OU substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante de que possui pleno conhecimento do objeto, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos.

9.2- Todos os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, conforme o disposto no art. 32 da Lei nº 8.666/93, com exceção dos extraídos via internet.

9.2.1- Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados para autenticação até o horário previsto para reunião, ou durante a reunião, de abertura dos envelopes “Documentação”.

9.3- Os documentos mencionados acima não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados por meio de fax, mesmo se autenticado.

9.4- Para certidões emitidas que não tenham, de forma explícita, o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir de sua emissão.

9.5- Os documentos retirados pela *internet* terão sua autenticidade certificada pelo(a) Pregoeiro(a) junto aos *sites* correspondentes.

9.6- Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

9.7- Todos os documentos contidos nos envelopes, que não forem certidões ou cópias de atos, deverão ser digitados com clareza, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, preferencialmente, em papel timbrado ou com carimbo padronizado.

9.8- Sob pena de inabilitação, a documentação contida nos respectivos envelopes somente será aceita em língua portuguesa, ressalvadas as expressões técnicas de uso corrente.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

9.9- A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste título **inabilitará** a proponente, salvo disposição contrária de lei.

9.10- Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

9.11- As microempresas ou empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar TODA a documentação acima exigida para efeito de comprovação de habilitação, MESMO QUE APRESENTE ALGUMA RESTRIÇÃO QUANTO A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, sob pena de inabilitação.

10 - DAS CONDIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

10.1- Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o Envelope nº 2 - Habilitação da proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.

10.1.1- É permitido ao(a) Pregoeiro(a), após a abertura dos envelopes contendo a documentação, suspender os trabalhos para fins de análise, oportunidade em que informará aos presentes a data, o horário e o local para a retomada dos trabalhos.

10.1.2- Sempre que necessário, o(a) Pregoeiro(a) poderá convocar técnicos, servidores ou não, para auxiliar na análise da documentação referente às licitações que exijam conhecimentos técnicos ou científicos específicos ou especializados.

10.2- Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) prosseguirá com a abertura do envelope de documentação da proponente classificada em segundo lugar, assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

10.3- A ausência de documento e/ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título inabilitará a proponente, SALVO nas hipóteses previstas no item 10.4.

10.4- Para as microempresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

10.4.1- A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 10.4, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, conforme item 10.2, ou revogar a licitação;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

10.5- Ocorrendo a hipótese contida no item 10.4, o juízo de habilitação referente à micro empresa e a empresa de pequeno porte será suspenso até a apresentação da documentação necessária, ocasião em que o(a) pregoeiro(a) definirá e comunicará aos licitantes a data na qual será dada continuidade ao pregão;

10.5.1- Sendo a sessão suspensa, o(a) pregoeiro(a) definirá e comunicará aos licitantes a data na qual será dada continuidade ao pregão.

11 - DOS RECURSOS

11.1- Os recursos, cujos efeitos, prazos, trâmites e condições de cabimento são aqueles fixados no artigo 109 da Lei nº 8.666/93, bem como, art. 4º, XVIII da Lei nº 10.520/02 e deverão ser dirigidos a(o) Pregoeiro(a).

11.2- Declarado o vencedor do presente PREGÃO, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar razões de recurso, facultando-se aos demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2.1 - A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata, sendo que o prazo de 03 (três) dias para as contrarrazões contar-se-á da data da lavratura da ata.

11.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor.

11.4 - O recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo.

11.5 - O acolhimento de recurso, ou a reconsideração do(a) Pregoeiro(a), importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6- Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

11.7- Dos demais atos da Administração após a adjudicação, decorrentes da aplicação da Lei nº 8666/93, deverá ser observado o disposto no art. 109 da referida lei.

11.8- Os recursos deverão ser interpostos no prazo legal, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico licitacao@itabirito.cam.mg.gov.br ou protocolizada na Câmara Municipal de Itabirito, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente: de 12:00 hs às 18:00 hs, sob pena de não acolhimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

11.8.1- A petição **deverá** ser assinada pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhada de cópia do documento de identificação do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador).

11.8.2- A Câmara não se responsabilizará por recursos endereçados via postal, ou enviados para outros endereços eletrônicos ou ainda entregues em locais diversos da Sede da Câmara, e que, por isso, não sejam entregues no prazo legal.

12 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1- A adjudicação e a homologação em favor da licitante vencedora desta licitação serão feitas pelas autoridades competentes.

13 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1- A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Câmara Municipal de Itabirito revogá-la no todo ou em parte, por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado.

13.2 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada à igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

13.3- É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, com a suspensão da sessão, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

13.3.1- O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação da licitante ou a desclassificação da proposta.

13.4- De todas as reuniões deste certame serão lavradas atas circunstanciadas.

13.5- Constarão da ata do PREGÃO a ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a) e pelos licitantes presentes que desejarem, os fatos que ocorrerem na sessão pública, os valores das propostas escritas, os valores dos lances verbais oferecidos, com os nomes dos respectivos ofertantes, as justificativas das eventuais declarações de inaceitabilidade e desclassificação de propostas, inabilitações feitas pelo(a) Pregoeiro(a), bem como, quaisquer manifestações, inclusive de recursos.

13.6- O não comparecimento do interessado às sessões públicas ou a falta de sua assinatura nas respectivas atas, implicará na concordância das decisões o(a) Pregoeiro(a).



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

13.7- As licitantes respondem pela fidelidade e legitimidade dos documentos apresentados nas diversas fases do processo licitatório.

13.8- Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido.

13.9- Os envelopes não abertos contendo os documentos de habilitação dos licitantes ficarão sob a guarda do(a) Pregoeiro(a), e deverão ser retirados pelos respectivos licitantes pelo prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a conclusão do certame. Ao término deste prazo os envelopes serão destruídos, sem que caibam quaisquer reclamações.

13.10- Para atender a seus interesses, a Câmara reserva-se no direito de alterar quantitativo, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos aos limites estabelecidos no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

13.11- A licitação não implica proposta de contrato por parte da Câmara. Até a assinatura do Contrato poderá o licitante vencedor ser excluído da licitação, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a Administração tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone a sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

13.12- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios do formalismo moderado, da isonomia e do interesse público.

13.13- Se houver indícios de conluio entre as licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Câmara de Itabirito comunicará os fatos verificados ao Ministério Público, para as providências devidas.

13.14- Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), mediante registro em ata ou documento equivalente, obedecendo aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, respeitando ainda a finalidade e a segurança da contratação.

13.15- Fica eleito o foro da Comarca de Itabirito, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Itabirito/MG, 27 de setembro de 2021.

LEANDRO SILVA MARQUES
Presidente da Câmara Municipal de Itabirito



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021

1- OBJETO: contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de sistema de streaming para transmissão de reuniões ao vivo, incluindo fornecimento e instalação de equipamentos, para atender a Câmara Municipal de Itabirito.

1.1- DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO:

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA E MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	serviço	01	contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de sistema de streaming para transmissão de reuniões ao vivo, incluindo fornecimento e instalação de equipamentos, e treinamento para atender a Câmara Municipal de Itabirito, conforme termo de referência, incluindo:	-		
	Unid.	03	CÂMERA PTZ DE VÍDEO DIGITAL HD Tipo PTZ para captação de imagens, fixada em suporte próprio; Zoom mínimo: lente 20x ótico. Capacidade de rotação mínima de 340° (-170° a +170°); Capacidade de inclinação mínima de 110° (-20° a +90°); Capacidade mínima de 100 (cem) posições presets; Deverá ser capaz de rotacionar a uma velocidade de até 60°/s;			



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

		<p>Deve possuir sensor CMOS de 1/2.8 polegadas; Deve ser capaz de obter imagens de resolução até 1080p60; Deve possuir zoom digital de 10 vezes, ao menos; Deve ser compatível com as velocidades de 1/1 e 1/10000 de abertura de obturador; Deve possuir saída de vídeo via porta SDI e HDMI e ser capaz de realizar transmissão de vídeo via H.264 e H.265; Deve possuir compatibilidade com protocolos VISCA, PELCO-D e PELCO-P; Deve suportar cascadeamento de conexão RS-232; Deve ser capaz de entrar em modo de baixo consumo de energia. Deve pesar menos que 1.5kg; Acessórios que devem ser inclusos: manuais de operação, cabo adaptador de energia;</p>			
Unid.	01	<p>CONTROLADOR DE CÂMERA PTZ Mesa controladora, com capacidade para controlar remotamente as câmeras em suas funções de pan, tilt, zoom, foco e white balance; Possuir um teclado para controlar as Câmeras; Possuir os protocolos PELCO P/D e VISCA; Totalmente compatível com as Câmeras PTZ do Item 01 desta tabela;</p>			



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

		Possuir Joystick de 3 eixos Deve possuir botões para seleção de câmera e permitir salvar presets. Acessórios que devem ser inclusos: manuais de operação, cabo adaptador de energia;			
Unid.	01	SWITCH DE VÍDEO PROFISSIONAL Switch de vídeo profissional para produção ao vivo com várias câmeras. Deve possuir, ao menos, 4 entradas HDMI e ao menos 1 saída HDMI; Deve possuir porta de conexão RJ45 para controle; Deve possuir, ao menos, 1 entrada e 1 saída de áudio; Deve ser capaz de realizar mixagens de áudio e possuir funções, MIX, PIP e FX. Deve suportar diferentes formatos de vídeo e ser capaz de realizar scaling; Deve possuir saída de vídeo USB para resoluções até 1080p; Deve suportar resoluções de 1920x1080 nas entradas HDMI; Deve possuir 1 tecla por canal HDMI para preview; Deve ser capaz de transmitir qualquer uma das 4 entradas HDMI para qualquer plataforma de transmissão ao vivo por meio de software de transmissão ao vivo de terceiros, como OBS;			



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

		<p>Deve possuir uma tecla de fade to black; Deve possuir uma conexão USB que seja reconhecida como uma fonte simples de webcam comum garantindo compatibilidade total com o software OBS para streaming ao vivo ou softwares de aquisição (AMCap, ECap, Potplayer), software de conferência (conferência Tencent e Yealink), Youtube, Facebook e Zoom. Deve possuir recurso do tipo T-bar que permita alterar as fontes de sinal e que suporte no mínimo 10 efeitos de transição e comutação de sinal. Deve apresentar no mínimo 6 imagens quando estiver conectado a uma tela de expansão externa. Deve consumir menos que 20W; Deve possuir menos de 1 kg; Acessórios que devem ser inclusos: manuais de operação, cabo adaptador de energia.</p>			
VALOR TOTAL					R\$

2- JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO:

A implementação de um Sistema de Streaming ao vivo na Câmara Municipal de Itabirito, visa possibilitar a transmissão audiovisual das sessões, audiências públicas, tendo como finalidade a divulgação pública das mais diversas reuniões e outros eventos ocorridos na Câmara, garantindo-se não só a publicidade dos atos desta casa legislativa, mas, também, o direito ao acesso à informação que os munícipes detêm. Propõe-se, igualmente, que o cidadão tenha maior acesso aos parlamentares, e isto se dará através de programas que poderão ser gravados e



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

transmitidos com os vereadores da Casa abordando diversos assuntos de interesse da população local.

Considerando que a Câmara durante os exercícios anteriores vem realizando as transmissões das sessões com equipamentos inadequados e de baixa qualidade, no qual somente é possível uma posição de imagem, a modernização do sistema de transmissão com aquisição de equipamentos específicos proporcionará uma melhor qualidade nas transmissões das sessões melhorando experiência do internauta.

As operações do sistema streaming serão utilizadas pelos servidores da própria Câmara Municipal, sem a necessidade de contratação de empresa para prestação deste serviço, sendo somente necessário a realização de capacitação para implantação deste serviço, bem como atualizações periódicas.

Ademais deve-se considerar que a transmissão ao vivo das sessões da Câmara Municipal de Itabirito encontra-se inserida em uma necessidade de extrema importância principalmente devido ao cenário pandêmico atual. O acesso ao plenário está restrito para número limitado de populares para evitar aglomerações e prevenir a infecção e propagação do coronavírus, em especial o que causa a Covid-19: doença infecciosa provocada pelo mais recente coronavírus descoberto.

Em face do todo exposto, visando o cumprimento dos interesses supracitadas e a ampliação da comunicação desta Casa Legislativa com a sociedade itabiritense, almejando a devida consecução do interesse público, faz-se indispensável a contratação em tela.

3- CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço global

3.1- JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO POR MENOR PREÇO GLOBAL

Justifica-se que o objeto de contratação seja composto por um único lote com menor preço global para assegurar a compatibilidade dos produtos e serviços licitados e não haja prejuízo para o conjunto. Ademais, a contratação global se demonstra técnica e economicamente viável. Existem inúmeros modelos e marcas de equipamentos para compor um sistema de streaming no mercado e devido a essa diversidade há também vários tipos de configurações e métodos de instalação para que o sistema funcione em sincronia. O agrupamento dos itens evita que haja conflitos e incompatibilidade dos recursos tecnológicos pois cada fornecedor trabalha com equipamentos específicos e possuem diferentes critérios de parametrização de uma plataforma de streaming. Não se demonstra viável para a administração licitar somente parte dos itens, pois todos os componentes deverão ser instalados em conjunto para que o sistema streaming funcione de maneira correta. Além disso, os itens agrupados possuem similaridade e guardam relação entre si, não comprometendo a competitividade do certame. A unificação do lote, evita também que nenhum item seja deserto no certame o que poderia comprometer a aquisição e instalação de todos os outros itens restantes. Portanto a opção pela indivisibilidade do objeto é uma ação cautelosa definida pelo Departamento de Tecnologia da Informação desta Casa que avaliou as peculiaridades envolvidas e identificou possíveis problemas na implantação do sistema. Todas análises foram



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

feitas para assegurar a compatibilidade entre os itens e ainda assim manter a competitividade necessária à disputa, garantindo com que o licitante atue de forma independente.

4- JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

Como se depreende do art. 33 da Lei nº 8.666/93 a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser admitida ou não, e tal decisão cabe única e exclusivamente ao órgão promotor da licitação, pois esse juízo de oportunidade e conveniência encontra-se em sua margem de discricionariedade.

A Doutrina e jurisprudência são unânimes em assentar que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração.

Nesse sentido, dispõe as Cortes de Contas:

A jurisprudência deste Tribunal já se firmou no sentido de que a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada. Não obstante a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória. Devem ser consideradas as circunstâncias concretas que indiquem se o objeto apresenta vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes. Somente nessa hipótese, fica o administrador obrigado a autorizar a participação de consórcio de empresas no certame, com o intuito precípua de ampliar a competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa. (Acórdão nº 2831/2012 – TCU – Plenário)

Registre-se que a admissão de consórcios em uma licitação é uma possibilidade oferecida pela lei ao administrador público. (...) Com essas considerações iniciais, esta Unidade Técnica entende que a previsão da participação de empresas em consórcio no edital de licitação está no âmbito do poder discricionário do administrador público, conforme se depreende do caput do art. 33 da Lei nº 8.666/93. (...) O fator condicionante da limitação ao poder discricionário da Administração Pública pode ser assim sistematizada: (1) naquelas licitações em que o objeto for comum, simples e de pequena monta, a vedação impõe-se como regra, posto que os consórcios, em tese, restringem a competitividade e lado outro, (2) nos certames de grande vulto e complexidade, o raciocínio se inverte e a regra geral passa a ser a permissão dos consórcios. (Denúncia n. 898328 TCEMG)

A admissão de consórcios em uma licitação é uma possibilidade oferecida pela lei ao administrador público. A previsão da participação de empresas em consórcio no edital de licitação está no âmbito do poder discricionário do administrador público, a quem cabe avaliar a conveniência e a oportunidade em torno da admissão ou não de consórcios, em face do vulto e ou complexidade técnica do objeto do certame, sempre levando em consideração o interesse público, conforme se depreende do caput do art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993. (Denúncia 837871)

No mesmo sentido, o Prof. Marçal Justen Filho, assevera:



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio. Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública.” E conclui: “Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.” (JUSTEN, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 12ª ed. São Paulo: Dialética, p. 410)

O Pregão em referência tem por objeto o serviço de streaming, objeto este que se enquadra na definição de serviço comum, sem complexidade e de pequeno vulto. Assim, considerando que existem no mercado empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, não se justifica a formação de consórcio.

5- CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA STREAMING

Deverá ser feita a captura de imagens do plenário da câmara de vereadores através da instalação de 3 Câmeras do tipo PTZ.

Deverá poder ser configurado presets PTZ nas câmeras para filmar os pontos definidos e todas as cadeiras dos parlamentares.

Kits específicos de transmissão de controle PTZ e sinal das câmeras deverão ser fornecidos de forma a permitir a instalação da comunicação das câmeras através de um único cabo para o servidor ou plataforma de streaming.

DESCRIÇÃO E DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

O objeto é composto por fornecimento de equipamentos e serviços de instalação (que abrange implementação, adequação de local, ativação, testes e treinamentos).

O sistema a ser implantado deverá atender as especificações técnicas mínimas exigidas, com todas as funcionalidades apontadas.

Os itens mencionados na tabela do anexo I devem atender a todos requisitos técnicos.

O prazo de garantia dos serviços realizados, bem como das peças de reposição fornecidas pelo contratado, equipamentos, será de, no mínimo, doze meses, a contar do recebimento definitivo.

A Contratada deverá fornecer catálogos e/ou prospectos de todos os materiais e equipamentos propostos.

SERVIÇO DE MONTAGEM E INSTALAÇÃO

Compreende serviço de montagem e instalação completa dos elementos físicos do sistema de vídeo.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

Deve ser entregue o serviço de as-built das instalações conforme caracterização contida neste termo.

Deve incluir a instalação com organização dos cabos, posicionamento dos equipamentos, conexão dos equipamentos conforme diagrama exigido no as-built.

Deve incluir a fixação de equipamentos, com o devido acabamento necessário em conformidade com a arquitetura presente no ambiente.

Deve incluir caso necessário um conjunto para extensão, recepção e transmissão de sinal do vídeo de câmeras e sinal de controle sem latência (0.01ms a cada 100m de cabo de par trançado ou menor) para câmeras PTZ em longas distâncias.

Deve ser utilizando cabos de alta qualidade e acessórios que utilizam e permitam a capacidade máxima de resolução das câmeras sem compressão.

Deve incluir qualquer acessório necessário para o correto funcionamento do sistema e integração entre as Câmeras, Switich e Controlador citados nos itens anteriores.

Os serviços deverão ser acompanhados pelo responsável técnico da licitante, devidamente registrado no CREA.

SERVIÇO DE TREINAMENTO DO SISTEMA

Deve ser fornecido ao término da instalação um treinamento por funcionário técnico qualificado da empresa CONTRATADA aos servidores da CONTRATANTE que irão administrar o sistema.

Deverá ser providenciado um treinamento de até 5 (cinco) operadores, a serem indicados pela diretoria da câmara, versando sobre o funcionamento completo dos sistemas a serem instalados, de forma que esses servidores estejam habilitados para operação dos mesmos.

Deve compor o treinamento (caso aplicável) como ligar e desligar o sistema; como controlar e operar as câmeras; como manusear todos recursos do controlador; como enviar um vídeo de uma entrada para uma saída desejável, todas as funcionalidades do sistema streaming a serem utilizadas e a pedido da CONTRATANTE.

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO DE AS-BUILT

Após a conclusão dos serviços, o contratado deverá providenciar o as-built das instalações, com todas as indicações relativas ao sistema e cada um de seus equipamentos, incluindo suas características básicas.

Deverá estar incluso diagramas de blocos, desenhos técnicos 2d da implementação, lista de cabeamento, diagrama de racks, diagramas de carga e manual de operação do sistema.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

Deve ser entregue após o treinamento os documentos a seguir:

1.1 Um diagrama de blocos com a interconexão completa dos equipamentos, dividido em páginas de vídeo, controle e rede de modo possível a executar o projeto a partir deste documento.

1.2 Uma lista de cabos com os cabos presentes no diagrama de blocos, identificação por tipo e numeração crescente em conformidade com as etiquetas instaladas nos cabos de rede e citando os equipamentos de origem e destino conectados.

1.3 Desenho(s) técnico(s) em CAD com cópia em PDF com a alocação dos equipamentos. O desenho deve estar conforme com a instalação realizada, compatibilizando o projeto de vídeo com as possibilidades de instalação do ambiente devido à demais projetos à exemplo elétrico, luminotécnico, rede de dados e climatização.

1.4 Caso necessário deve incluir em páginas do diagrama de blocos, os diagramas de rack – em conformidade com o fluxo térmico interno ao rack e cabeamento. E o diagrama de cálculo da carga elétrica (potência ativa) total do sistema.

1.5 Deve incluir um documento com o memorial descritivo do que foi executado em projeto. Interno a este documento um breve manual de operação, reforçando informações de operação passadas em treinamento.

CRONOGRAMA

Entrega

A instalação deverá ser entregue após vistoria feita pela equipe técnica responsável da câmara juntamente com o memorial descritivo, croquis das instalações e manuais dos equipamentos.

O Contratado deverá entregar o local da instalação limpo, removendo qualquer traço de sujeira causada pela obra, devendo ser removidos quaisquer vestígios de argamassa e outros materiais. Não serão aceitas manchas, respingos, incrustações ou sujeira.

Prazo

A execução do serviço deverá ser concluída no prazo de até 30 (trinta) dias após emissão da ordem de serviço pela Câmara, e de acordo com cronograma a ser elaborado pelo contratado e submetido à aprovação da equipe técnica da câmara.

DEMAIS CONDIÇÕES

O prazo de vigência do contrato será até 31/12/2021, tendo início a partir da data de sua assinatura.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

O Contrato firmado com a Câmara Municipal não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

A Contratada deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em lei, bem como diligenciar para que o serviço seja realizado em perfeitas condições, não podendo conter quaisquer vícios.

Caso os serviços apresentem irregularidades, especificações incorretas, ou estejam fora dos padrões determinados, a Câmara Municipal solicitará a regularização que deverá ser atendida pela Contratada no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, sem quaisquer ônus à Câmara.

O recebimento definitivo dos serviços se dará em até 05 (cinco) dias após a verificação de sua conformidade.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

A Contratada é obrigada a comunicar a Câmara a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a prestação do serviço.

A justificativa de quaisquer atrasos no cumprimento dos prazos previstos acima somente será considerada se apresentada por escrito, e após aprovação da Câmara Municipal de Itabirito.

A tolerância com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da contratada não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou renovação, podendo a solicitante exercer seus direitos a qualquer tempo.

A contratada obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

A CONTRATADA deverá ser responsável pelo pagamento de todos os encargos, tributos, frete e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas para a prestação dos serviços.

A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária de acidentes de trabalho e quaisquer outras relativas a danos a terceiros.

O Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

caráter securitário ou qualquer outra.

A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade administrativa, civil e criminal, por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se à CONTRATANTE o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

O atraso ou a abstenção pela CONTRATANTE, do exercício de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em decorrência da lei ou do presente contrato, bem como a eventual tolerância com atrasos no cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA não implicarão em novação, não podendo ser interpretados como renúncia a tais direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos, a qualquer tempo, a critério exclusivo da Administração.

6- FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será realizado mensalmente até o décimo dia após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente conferida e assinada pelo responsável pela fiscalização.

A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e de proposta de preço e no próprio instrumento de Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo que aquele de filial ou da matriz.

Para qualquer alteração nos dados da empresa, a Contratada deverá comunicar ao Contratante por escrito, acompanhada dos documentos alterados, no prazo de 15 (quinze) dias antes da emissão da Nota Fiscal.

A contratada deverá apresentar junto à nota fiscal cópia dos seguintes documentos: Certidões de Regularidade municipal, estadual, federal/INSS Unificada, trabalhista e CRF-FGTS.

Em caso de irregularidade da emissão da(s) nota(s) fiscal(is), o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizada(s).

No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

7- VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$51.720,81 (cinquenta e um mil, setecentos e vinte reais e oitenta e um centavos), sendo este o valor máximo que a Administração admitirá como critério de aceitabilidade de propostas.

8- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos para o objeto da presente licitação possuem dotação orçamentária própria conforme abaixo:

01.031.0001 1.001 – aquisição de equipamentos e material permanente para uso exclusivo da Câmara Municipal

3.4.4.90.52.00.00 – equipamentos e material permanente

Ficha 28

R\$41.115,81

01.031.0001 2.006 – manutenção das atividades da Câmara Municipal

3.3.3.90.39.00.00 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Ficha 13

R\$10.605,00

9- FISCALIZAÇÃO:

A Câmara reserva-se no direito de não aceitar o objeto em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo rescindir o contrato nos termos do art. 78, inciso I, e aplicar o disposto no art. 24, XI, ambos da Lei nº 8.666/93.

A Câmara Municipal fiscalizará o objeto desta licitação, observados os artigos 67 a 70 e 73 a 76 da Lei nº 8.666/93.

A gestora e fiscal do contrato e ata será a servidora Layane Cristine Pedro de Faria.

As decisões, comunicações, ordens ou solicitações deverão se revestir, obrigatoriamente, da forma escrita e obedecer às normas emanadas por esta Câmara.

A fiscalização do serviço pela Contratante não exclui a responsabilidade da Contratada por qualquer inobservância ou omissão à legislação vigente e às cláusulas contratuais do objeto do Contrato.

A Contratada é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento do serviço pela Contratante, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias.

10- DA REVISÃO DOS PREÇOS:

Havendo alterações na conjuntura econômica do País ou do Estado, que resulte em desequilíbrio financeiro permanente, nas condições do contrato e nas hipóteses autorizadas pela Lei de Licitações, a Contratada poderá pleitear revisão de preços.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

A revisão será aprovada conforme apresentação das Planilhas de Custos e/ou Nota Fiscal anterior ao processo do qual baseou o preço da proposta apresentada e a Nota Fiscal atual comprovando o preço a ser revisado. O preço poderá sofrer acréscimo como decréscimo de acordo com o preço praticado no mercado.

A cada pedido de revisão de preço deverá comprovar as alterações ocorridas e justificadoras do pedido, demonstrando novamente à composição do preço, através de notas fiscais que comprovem o aumento do preço.

É vedado à contratada interromper o serviço, sendo a contratada obrigada a continuá-lo enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando neste caso sujeito às penalidades previstas neste edital.

A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais.

11- DAS SANÇÕES:

Pela recusa injustificada em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação;

A penalidade prevista no subitem acima não se aplica às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação da primeira convocada.

Pelo descumprimento total ou parcial das condições previstas nesse Edital, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis:

Pelo atraso injustificado na execução do objeto:

a- Até 05 (cinco) dias - multa de 1% (um por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;

b- Superior a 05 (cinco) dias - multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;

c- Pela inexecução total ou parcial do contrato - multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor das parcelas vincendas;

Advertência;

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos em que o convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

As sanções previstas no item 18.2.1 poderão ser aplicadas juntamente com as demais penalidades, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

As Multas acima referidas serão descontadas dos pagamentos devidos à contratada. Na hipótese de não haver crédito suficiente à Contratada para quitar o valor total da multa, a diferença será cobrada mediante guia a ser emitida para este fim, ou por via judicial.

O prazo para pagamento das multas será de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada.

12 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

Constituem motivos para rescisão do contrato os casos previstos nos arts. 77 e 78 da lei 8.666/93.

O contrato poderá ser rescindido na forma do art. 79 da Lei 8.666/93.

Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da lei 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido, tendo ainda direito à devolução de garantia, pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e pagamento do custo da desmobilização.

A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarreta as consequências previstas no art. 80, ambos da lei 8.666/93.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021

OBJETO: contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de sistema de streaming para transmissão de reuniões ao vivo, incluindo fornecimento e instalação de equipamentos, para atender a Câmara Municipal de Itabirito.

Data de apresentação da proposta: 18/10/2021

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA E MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	serviço	01	contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de sistema de streaming para transmissão de reuniões ao vivo, incluindo fornecimento e instalação de equipamentos, e treinamento para atender a Câmara Municipal de Itabirito, conforme termo de referência, incluindo:	-		
01	Unid.	03	CÂMERA PTZ DE VÍDEO DIGITAL HD Tipo PTZ para captação de imagens, fixada em suporte próprio; Zoom mínimo: lente 20x ótico. Capacidade de rotação mínima de 340° (-170° a +170°); Capacidade de inclinação mínima de 110° (-20° a +90°); Capacidade mínima de 100 (cem) posições presets; Deverá ser capaz de rotacionar a uma velocidade de até 60°/s; Deve possuir sensor			



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

		<p>CMOS de 1/2.8 polegadas; Deve ser capaz de obter imagens de resolução até 1080p60; Deve possuir zoom digital de 10 vezes, ao menos; Deve ser compatível com as velocidades de 1/1 e 1/10000 de abertura de obturador; Deve possuir saída de vídeo via porta SDI e HDMI e ser capaz de realizar transmissão de vídeo via H.264 e H.265; Deve possuir compatibilidade com protocolos VISCA, PELCO-D e PELCO-P; Deve suportar cascadeamento de conexão RS-232; Deve ser capaz de entrar em modo de baixo consumo de energia. Deve pesar menos que 1.5kg; Acessórios que devem ser inclusos: manuais de operação, cabo adaptador de energia;</p>			
Unid.	01	<p>CONTROLADOR DE CÂMERA PTZ Mesa controladora, com capacidade para controlar remotamente as câmeras em suas funções de pan, tilt, zoom, foco e white balance; Possuir um teclado para controlar as Câmeras; Possuir os protocolos PELCO P/D e VISCA; Totalmente compatível com as Câmeras PTZ do Item 01 desta tabela; Possuir Joystick de 3</p>			



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

		eixos Deve possuir botões para seleção de câmera e permitir salvar presets. Acessórios que devem ser inclusos: manuais de operação, cabo adaptador de energia;			
Unid.	01	SWITCH DE VÍDEO PROFISSIONAL Switch de vídeo profissional para produção ao vivo com várias câmeras. Deve possuir, ao menos, 4 entradas HDMI e ao menos 1 saída HDMI; Deve possuir porta de conexão RJ45 para controle; Deve possuir, ao menos, 1 entrada e 1 saída de áudio; Deve ser capaz de realizar mixagens de áudio e possuir funções, MIX, PIP e FX. Deve suportar diferentes formatos de vídeo e ser capaz de realizar scaling; Deve possuir saída de vídeo USB para resoluções até 1080p; Deve suportar resoluções de 1920x1080 nas entradas HDMI; Deve possuir 1 tecla por canal HDMI para preview; Deve ser capaz de transmitir qualquer uma das 4 entradas HDMI para qualquer plataforma de transmissão ao vivo por meio de software de transmissão ao vivo de terceiros, como OBS; Deve possuir uma tecla			



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

		de fade to black; Deve possuir uma conexão USB que seja reconhecida como uma fonte simples de webcam comum garantindo compatibilidade total com o software OBS para streaming ao vivo ou softwares de aquisição (AMCap, ECap, Potplayer), software de conferência (conferência Tencent e Yealink), Youtube, Facebook e Zoom. Deve possuir recurso do tipo T-bar que permita alterar as fontes de sinal e que suporte no mínimo 10 efeitos de transição e comutação de sinal. Deve apresentar no mínimo 6 imagens quando estiver conectado a uma tela de expansão externa. Deve consumir menos que 20W; Deve possuir menos de 1 kg; Acessórios que devem ser inclusos: manuais de operação, cabo adaptador de energia.			
VALOR TOTAL					R\$

Demais condições conforme Edital.

Identificação, CNPJ, endereço, email e telefone da empresa proponente:

Dados Bancários:

_____, _____ de _____ de 2021.

Assinatura e identificação do Representante Legal da Empresa



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

ANEXO III

DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, CREDENCIA o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, para representá-la na sessão pública do **Pregão Presencial nº 009/2021**, estando autorizado(a) a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, rubricar documentos e assinar atas, e especialmente para formular lances verbais, a que tudo daremos por firme e valioso.

_____, _____ de _____ de 2021.

Assinatura e identificação do Representante Legal da Empresa

OBS: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE AO(A) PREGOEIRO(A), NA ABERTURA DA SESSÃO, FORA E SEPARADAMENTE DOS ENVELOPES EXIGIDOS NESTA LICITAÇÃO.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARA, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021**.

_____, _____ de _____ de 2021.

Assinatura e identificação do Representante Legal da Empresa

OBS: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE AO(A) PREGOEIRO(A), NA ABERTURA DA SESSÃO, FORA E SEPARADAMENTE DOS ENVELOPES EXIGIDOS NESTA LICITAÇÃO.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no Inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, **que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.**

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, _____ de _____ de 2021.

Assinatura e identificação do Representante Legal da Empresa

OBS.: em caso afirmativo assinalar a ressalva acima



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, **DECLARA** sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que é considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº 123/06;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II, art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

E que se encontra sob o regime favorecido da mencionada lei complementar 123/06, fazendo jus aos benefícios contidos na referida lei.

Declara que está excluída das vedações constante do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Declara ainda ter ciência que a falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar 123/2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na lei 8.666/93.

_____, _____ de _____ de 2021.

Assinatura e identificação do Representante Legal da Empresa

OBS: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE AO(A) PREGOEIRO(A), NA ABERTURA DA SESSÃO, FORA E SEPARADAMENTE DOS ENVELOPES EXIGIDOS NESTA LICITAÇÃO, PELAS EMPRESAS QUE PRETENDEREM SE BENEFICIAR DO REGIME DIFERENCIADO E FAVORECIDO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E, SE ENQUADRAREM COMO TAL.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data não foi declarada inidônea pela Administração Pública, ou suspensão de contratar com a Administração, e ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores de fatos supervenientes, ciente de que a não declaração resulta em incidência de penalidades legais, de acordo com o previsto no § 2º do art. 32, da Lei 8.666/1993.

_____, _____ de _____ de 2021.

Assinatura e identificação do Representante Legal da Empresa



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

ANEXO VIII

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº _____/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO**, CNPJ 18.366.963/0001-79, Inscrição Estadual: Isento, com sede administrativa na Avenida Queiroz Júnior, nº 639, Bairro Praia, Itabirito/MG, CEP: 35.450-228, telefone: (31) 3561-1599, representada pelo Presidente, Vereador LEANDRO SILVA MARQUES, portador da CI nº MG-13. . 64 - SSP/MG e do CPF nº 08 . . -58, residente e domiciliado em Itabirito/MG, a seguir denominada **CONTRATANTE** e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, neste ato representada por _____, portador do CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório nº 009/2021, na modalidade Pregão Presencial nº 009/2021, do tipo menor preço global, de acordo com as Leis nºs 10.520/2002 e 8.666/93 e suas posteriores alterações, pela Lei Complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014, pelo Decreto nº 3.555/2000, pelo Decreto Municipal no 8949/2010, alterado pelo Decreto Municipal 9345/2011 e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Contrato tem como objeto a **contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de sistema de streaming para transmissão de reuniões ao vivo, incluindo fornecimento e instalação de equipamentos, para atender a Câmara Municipal de Itabirito.**

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA E MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	serviço	01	contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de sistema de streaming para transmissão de reuniões ao vivo, incluindo fornecimento e instalação de equipamentos, e treinamento para atender a Câmara Municipal de Itabirito, conforme termo de referência, incluindo:	-		
	Unid.	03	CÂMERA PTZ DE			



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

01		<p>VÍDEO DIGITAL HD Tipo PTZ para captação de imagens, fixada em suporte próprio; Zoom mínimo: lente 20x ótico. Capacidade de rotação mínima de 340° (-170° a +170°); Capacidade de inclinação mínima de 110° (-20° a +90°); Capacidade mínima de 100 (cem) posições presets; Deverá ser capaz de rotacionar a uma velocidade de até 60°/s; Deve possuir sensor CMOS de 1/2.8 polegadas; Deve ser capaz de obter imagens de resolução até 1080p60; Deve possuir zoom digital de 10 vezes, ao menos; Deve ser compatível com as velocidades de 1/1 e 1/10000 de abertura de obturador; Deve possuir saída de vídeo via porta SDI e HDMI e ser capaz de realizar transmissão de vídeo via H.264 e H.265; Deve possuir compatibilidade com protocolos VISCA, PELCO-D e PELCO-P; Deve suportar cascadeamento de conexão RS-232; Deve ser capaz de entrar em modo de baixo consumo de energia. Deve pesar menos que 1.5kg; Acessórios que devem ser inclusos: manuais de operação,</p>			
----	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

		cabo adaptador de energia;			
Unid.	01	CONTROLADOR DE CÂMERA PTZ Mesa controladora, com capacidade para controlar remotamente as câmeras em suas funções de pan, tilt, zoom, foco e white balance; Possuir um teclado para controlar as Câmeras; Possuir os protocolos PELCO P/D e VISCA; Totalmente compatível com as Câmeras PTZ do Item 01 desta tabela; Possuir Joystick de 3 eixos Deve possuir botões para seleção de câmera e permitir salvar presets. Acessórios que devem ser inclusos: manuais de operação, cabo adaptador de energia;			
Unid.	01	SWITCH DE VÍDEO PROFISSIONAL Switch de vídeo profissional para produção ao vivo com várias câmeras. Deve possuir, ao menos, 4 entradas HDMI e ao menos 1 saída HDMI; Deve possuir porta de conexão RJ45 para controle; Deve possuir, ao menos, 1 entrada e 1 saída de áudio; Deve ser capaz de realizar mixagens de áudio e possuir funções, MIX, PIP e FX. Deve suportar diferentes formatos de vídeo e ser capaz de realizar scaling;			



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

		<p>Deve possuir saída de vídeo USB para resoluções até 1080p; Deve suportar resoluções de 1920x1080 nas entradas HDMI; Deve possuir 1 tecla por canal HDMI para preview; Deve ser capaz de transmitir qualquer uma das 4 entradas HDMI para qualquer plataforma de transmissão ao vivo por meio de software de transmissão ao vivo de terceiros, como OBS; Deve possuir uma tecla de fade to black; Deve possuir uma conexão USB que seja reconhecida como uma fonte simples de webcam comum garantindo compatibilidade total com o software OBS para streaming ao vivo ou softwares de aquisição (AMCap, ECap, Potplayer), software de conferência (conferência Tencent e Yealink), Youtube, Facebook e Zoom. Deve possuir recurso do tipo T-bar que permita alterar as fontes de sinal e que suporte no mínimo 10 efeitos de transição e comutação de sinal. Deve apresentar no mínimo 6 imagens quando estiver conectado a uma tela de expansão externa. Deve consumir menos que 20W; Deve possuir menos de</p>			
--	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

		1 kg; Acessórios que devem ser inclusos: manuais de operação, cabo adaptador de energia.			
VALOR TOTAL					R\$

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

2.1- A Câmara reserva-se no direito de não aceitar o objeto em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo rescindir o contrato nos termos do art. 78, inciso I, e aplicar o disposto no art. 24, XI, ambos da Lei nº 8.666/93.

2.2- A Câmara Municipal fiscalizará o objeto desta licitação, observados os artigos 67 a 70 e 73 a 76 da Lei nº 8.666/93.

2.3- A gestora e fiscal do contrato e ata será a servidora Layane Cristine Pedro de Faria.

2.4- As decisões, comunicações, ordens ou solicitações deverão se revestir, obrigatoriamente, da forma escrita e obedecer às normas emanadas por esta Câmara.

2.5- A fiscalização do serviço pela Contratante não exclui a responsabilidade da Contratada por qualquer inobservância ou omissão à legislação vigente e às cláusulas contratuais do objeto do Contrato.

2.6- A Contratada é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento do serviço pela Contratante, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações das partes, além de outras previstas no Edital e Anexos:

3.1 - DA CONTRATADA:

CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA STREAMING

Deverá ser feita a captura de imagens do plenário da câmara de vereadores através da instalação de 3 Câmeras do tipo PTZ.

Deverá poder ser configurado presets PTZ nas câmeras para filmar os pontos definidos e todas as cadeiras dos parlamentares.

Kits específicos de transmissão de controle PTZ e sinal das câmeras deverão ser fornecidos de forma a permitir a instalação da comunicação das câmeras através de um único cabo para o servidor ou plataforma de streaming.

DESCRIÇÃO E DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

O objeto é composto por fornecimento de equipamentos e serviços de instalação (que abrange implementação, adequação de local, ativação, testes e treinamentos).

O sistema a ser implantado deverá atender as especificações técnicas mínimas exigidas, com todas as funcionalidades apontadas.

Os itens mencionados na tabela do anexo I devem atender a todos requisitos técnicos.

O prazo de garantia dos serviços realizados, bem como das peças de reposição fornecidas pelo contratado, equipamentos, será de, no mínimo, doze meses, a contar do recebimento definitivo.

A Contratada deverá fornecer catálogos e/ou prospectos de todos os materiais e equipamentos propostos.

SERVIÇO DE MONTAGEM E INSTALAÇÃO

Compreende serviço de montagem e instalação completa dos elementos físicos do sistema de vídeo.

Deve ser entregue o serviço de as-built das instalações conforme caracterização contida neste termo.

Deve incluir a instalação com organização dos cabos, posicionamento dos equipamentos, conexão dos equipamentos conforme diagrama exigido no as-built.

Deve incluir a fixação de equipamentos, com o devido acabamento necessário em conformidade com a arquitetura presente no ambiente.

Deve incluir caso necessário um conjunto para extensão, recepção e transmissão de sinal do vídeo de câmeras e sinal de controle sem latência (0.01ms a cada 100m de cabo de par trançado ou menor) para câmeras PTZ em longas distâncias.

Deve ser utilizando cabos de alta qualidade e acessórios que utilizam e permitam a capacidade máxima de resolução das câmeras sem compressão.

Deve incluir qualquer acessório necessário para o correto funcionamento do sistema e integração entre as Câmeras, Swtich e Controlador citados nos itens anteriores.

Os serviços deverão ser acompanhados pelo responsável técnico da licitante, devidamente registrado no CREA.

SERVIÇO DE TREINAMENTO DO SISTEMA

Deve ser fornecido ao término da instalação um treinamento por funcionário técnico qualificado da empresa CONTRATADA aos servidores da CONTRATANTE que irão administrar o sistema.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

Deverá ser providenciado um treinamento de até 5 (cinco) operadores, a serem indicados pela diretoria da câmara, versando sobre o funcionamento completo dos sistemas a serem instalados, de forma que esses servidores estejam habilitados para operação dos mesmos.

Deve compor o treinamento (caso aplicável) como ligar e desligar o sistema; como controlar e operar as câmeras; como manusear todos recursos do controlador; como enviar um vídeo de uma entrada para uma saída desejável, todas as funcionalidades do sistema streaming a serem utilizadas e a pedido da CONTRATANTE.

CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO DE AS-BUILT

Após a conclusão dos serviços, o contratado deverá providenciar o as-built das instalações, com todas as indicações relativas ao sistema e cada um de seus equipamentos, incluindo suas características básicas.

Deverá estar incluso diagramas de blocos, desenhos técnicos 2d da implementação, lista de cabeamento, diagrama de racks, diagramas de carga e manual de operação do sistema.

Deve ser entregue após o treinamento os documentos a seguir:

1.6 Um diagrama de blocos com a interconexão completa dos equipamentos, dividido em páginas de vídeo, controle e rede de modo possível a executar o projeto a partir deste documento.

1.7 Uma lista de cabos com os cabos presentes no diagrama de blocos, identificação por tipo e numeração crescente em conformidade com as etiquetas instaladas nos cabos de rede e citando os equipamentos de origem e destino conectados.

1.8 Desenho(s) técnico(s) em CAD com cópia em PDF com a alocação dos equipamentos. O desenho deve estar conforme com a instalação realizada, compatibilizando o projeto de vídeo com as possibilidades de instalação do ambiente devido à demais projetos à exemplo elétrico, luminotécnico, rede de dados e climatização.

1.9 Caso necessário deve incluir em páginas do diagrama de blocos, os diagramas de rack – em conformidade com o fluxo térmico interno ao rack e cabeamento. E o diagrama de cálculo da carga elétrica (potência ativa) total do sistema.

1.10 Deve incluir um documento com o memorial descritivo do que foi executado em projeto. Interno a este documento um breve manual de operação, reforçando informações de operação passadas em treinamento.

CRONOGRAMA

Entrega

A instalação deverá ser entregue após vistoria feita pela equipe técnica responsável



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

da câmara juntamente com o memorial descritivo, croquis das instalações e manuais dos equipamentos.

O Contratado deverá entregar o local da instalação limpo, removendo qualquer traço de sujeira causada pela obra, devendo ser removidos quaisquer vestígios de argamassa e outros materiais. Não serão aceitas manchas, respingos, incrustações ou sujeira.

Prazo

A execução do serviço deverá ser concluída no prazo de até 30 (trinta) dias após emissão da ordem de serviço pela Câmara, e de acordo com cronograma a ser elaborado pelo contratado e submetido à aprovação da equipe técnica da câmara.

DEMAIS CONDIÇÕES

O prazo de vigência do contrato será até 31/12/2021, tendo início a partir da data de sua assinatura.

O Contrato firmado com a Câmara Municipal não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

A Contratada deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em lei, bem como diligenciar para que o serviço seja realizado em perfeitas condições, não podendo conter quaisquer vícios.

Caso os serviços apresentem irregularidades, especificações incorretas, ou estejam fora dos padrões determinados, a Câmara Municipal solicitará a regularização que deverá ser atendida pela Contratada no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, sem quaisquer ônus à Câmara.

O recebimento definitivo dos serviços se dará em até 05 (cinco) dias após a verificação de sua conformidade.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

A Contratada é obrigada a comunicar a Câmara a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a prestação do serviço.

A justificativa de quaisquer atrasos no cumprimento dos prazos previstos acima somente será considerada se apresentada por escrito, e após aprovação da Câmara Municipal de Itabirito.

A tolerância com qualquer atraso ou inadimplemento por parte da contratada não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou renovação, podendo a solicitante exercer seus direitos a qualquer tempo.

A contratada obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

A CONTRATADA deverá ser responsável pelo pagamento de todos os encargos, tributos, frete e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas para a prestação dos serviços.

A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária de acidentes de trabalho e quaisquer outras relativas a danos a terceiros.

O Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade administrativa, civil e criminal, por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se à CONTRATANTE o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

O atraso ou a abstenção pela CONTRATANTE, do exercício de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em decorrência da lei ou do presente contrato, bem como a eventual tolerância com atrasos no cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA não implicarão em novação, não podendo ser interpretados como renúncia a tais direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos, a qualquer tempo, a critério exclusivo da Administração.

3.2- DA CONTRATANTE:

Acompanhar e supervisionar a execução do serviço pela CONTRATADA.

Fornecer subsídios e informações necessárias a execução do objeto.

Efetuar o pagamento da forma pactuada.

Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontrados na execução do objeto.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1- O valor total do presente contrato é de R\$ _____.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

4.2- O pagamento será realizado mensalmente até o décimo dia após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente conferida e assinada pelo responsável pela fiscalização.

4.3- A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e de proposta de preço e no próprio instrumento de Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo que aquele de filial ou da matriz.

4.4- Para qualquer alteração nos dados da empresa, a Contratada deverá comunicar ao Contratante por escrito, acompanhada dos documentos alterados, no prazo de 15 (quinze) dias antes da emissão da Nota Fiscal.

4.5- A contratada deverá apresentar junto à nota fiscal cópia dos seguintes documentos: Certidões de Regularidade municipal, estadual, federal/INSS Unificada, trabalhista e CRF-FGTS.

4.6- Em caso de irregularidade da emissão da(s) nota(s) fiscal(is), o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizada(s).

4.7- No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLAUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1- A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado será a abaixo indicada:

01.031.0001 1.001 – aquisição de equipamentos e material permanente para uso exclusivo da Câmara Municipal

3.4.4.90.52.00.00 – equipamentos e material permanente
Ficha 28

01.031.0001 2.006 – manutenção das atividades da Câmara Municipal

3.3.3.90.39.00.00 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica
Ficha 13

CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO

6.1- O prazo de vigência do contrato será até 31/12/2021, tendo início a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS SANÇÕES



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

7.1-Pela recusa injustificada em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação;

7.2-A penalidade prevista no subitem acima não se aplica às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação da primeira convocada.

7.3-Pelo descumprimento total ou parcial das condições previstas nesse Edital, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal cabíveis:

7.4-Pelo atraso injustificado na execução do objeto:

a- Até 05 (cinco) dias - multa de 1% (um por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;

b- Superior a 05 (cinco) dias - multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;

c- Pela inexecução total ou parcial do contrato - multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor das parcelas vincendas;

7.5-Advertência;

7.6-Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos em que o convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

7.7-Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

7.8-As sanções previstas no item 18.2.1 poderão ser aplicadas juntamente com as demais penalidades, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.9-As Multas acima referidas serão descontadas dos pagamentos devidos à contratada. Na hipótese de não haver crédito suficiente à Contratada para quitar o valor total da multa, a diferença será cobrada mediante guia a ser emitida para este fim, ou por via judicial.

7.10- O prazo para pagamento das multas será de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

8.1-Constituem motivos para rescisão do contrato os casos previstos nos arts. 77 e 78 da lei 8.666/93.

8.2-O contrato poderá ser rescindido na forma do art. 79 da Lei 8.666/93.

8.3-Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da lei 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido, tendo ainda direito à devolução de garantia, pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e pagamento do custo da desmobilização.

8.4-A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarreta as consequências previstas no art. 80, ambos da lei 8.666/93.

8.5-Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA REVISÃO DOS PREÇOS

9.1-Havendo alterações na conjuntura econômica do País ou do Estado, que resulte em desequilíbrio financeiro permanente, nas condições do contrato e nas hipóteses autorizadas pela Lei de Licitações, a Contratada poderá pleitear revisão de preços.

9.2-A revisão será aprovada conforme apresentação das Planilhas de Custos e/ou Nota Fiscal anterior ao processo do qual baseou o preço da proposta apresentada e a Nota Fiscal atual comprovando o preço a ser revisado. O preço poderá sofrer acréscimo como decréscimo de acordo com o preço praticado no mercado.

9.3-A cada pedido de revisão de preço deverá comprovar as alterações ocorridas e justificadoras do pedido, demonstrando novamente à composição do preço, através de notas fiscais que comprovem o aumento do preço.

9.4-É vedado à contratada interromper o serviço, sendo a contratada obrigada a continuá-lo enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando neste caso sujeito às penalidades previstas neste edital.

9.5-A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL

10.1- Este contrato está vinculado de forma total e plena ao **Processo Licitatório nº 009/2021, Pregão Presencial nº 009/2021**, que lhe deu causa, para cuja execução exigir-se-á rigorosa obediência ao Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1- Fica eleito o foro da Comarca de Itabirito, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

E, por estarem justas, as partes firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo.

Itabirito, _____ de _____ de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO
LEANDRO SILVA MARQUES
Presidente da Câmara Municipal de Itabirito
Contratante

Contratada

Testemunha
CPF:

Testemunha
CPF:



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu preposto, Sr.(a) _____, portador(a) do CREA nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que visitou as dependências da Câmara Municipal de Itabirito/MG, tomando conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do Pregão nº 09/2021.

Itabirito, _____ de _____ de 2021.

Assinatura e identificação do preposto da Empresa
CREA Nº

FILIPPE AUGUSTO SERRA PALHEIROS
Chefe de TI
Câmara Municipal de Itabirito



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA RENÚNCIA DA VISITA TÉCNICA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu responsável técnico, Sr.(a) _____, portador(a) do CREA nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que renuncia a visita técnica nas dependências da Câmara Municipal de Itabirito/MG, assumindo os riscos em elaborar sua proposta, dando por satisfeita com as informações obtidas no edital, tendo pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação para a elaboração da proposta referente ao Pregão nº 09/2021.

_____, _____ de _____ de 2021.

Assinatura e identificação do Representante da Empresa

Assinatura e identificação do responsável técnico da Empresa
CREA Nº